

Brasil

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Chile

Pontificia Universidad Católica de Chile (PUC)
Instituto de Geografía

Argentina

Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
(IMHICIHU/CONICET)

SÉRIE GEOLibros nº 19

Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago

Sandra Lencioni, Sonia Vidal- Koppmann
Rodrigo Hidalgo e Paulo Cesar Xavier Pereira (org).

Projeto editorial: Beatriz Freindorfer Azevedo e Raquel Forma Klafke

Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago
/ Organização Sandra Lencioni, Sonia Vidal-Koppmann, Rodrigo Hidalgo e Paulo Cesar
Xavier Pereira. São Paulo: FAUUSP, 2011.
304 p.

ISBN: 978-85-88126-92-3

1. Urbanização – América Latina 2. Áreas Metropolitanas – América Latina 3. Mercado
Imobiliário 4. Segregação Urbana I. Lencioni, Sandra, org. II. Vidal-Koppmann, Sonia,
org. III. Hidalgo, Rodrigo, org. IV. Pereira, Paulo Cesar Xavier, org.

CDD 301.363

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago

ORGANIZADORES

Sandra Lencioni, Sonia Vidal-Koppmann
Rodrigo Hidalgo e Paulo Cesar Xavier Pereira

FAUUSP

São Paulo

2011

Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana

Sandra Lencioni ■

Introdução

A busca pela compreensão das mudanças recentes que têm ocorrido na metrópole vem trilhando vários caminhos interpretativos. Sejam quais forem as interpretações, um fato é inquestionável: as transformações são reconhecidamente tão profundas que expressam uma verdadeira metamorfose, pois o resultado é uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos.

Consideramos que vivemos um período de transição metropolitana, como já apontado por Pereira (2008) e que tem sido percebido de diversas formas. Tanto que múltiplas denominações tem buscado identificar essa metamorfose socioespacial. Não seria exagero nenhum dizer que o que mais varia nessas interpretações é muito mais os nomes que são atribuídos às metrópoles em transição do que as análises sobre essa metamorfose. A pluralidade de nomes indica a insuficiência da denominação *metrópole* para nominar a metrópole em transição, para nominar o novo que se configura. Metapólis, exopólis, cidade-região, cidade dispersa, metrópole expandida, metrópole dispersa, metrópole difusa... são alguns exemplos de denominações recentes, dentre tantos outros que poderíamos citar. O que importa reter é que em todas essas denominações vamos encontrar o vocábulo *polis* ou o nome *cidade*, que nos faz pensar que embora os nomes busquem expressar algo novo, nenhum deles omite a palavra *cidade* ou *pólis*, reafirmando na metrópole em transição, o sentido de *pólis*, de cidade e desprezando o sentido de *anti-cidade*.

Esse período de transição, de metamorfose metropolitana, revelou os limites do uso da palavra metrópole como há séculos vem sendo utilizada. Até então, o uso da palavra metrópole era motivado pelo significado que essa palavra tinha na antigui-

■ Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil). E-mail: slencion@usp.br

dade clássica, que era de cidade-mãe, de matriz. A metrópole, nessa época, criava colônias que guardavam relações com ela. Entre a metrópole e as colônias estabeleciam-se vínculos estreitos. Esse sentido, de vínculo, de origem, contido no vocábulo *mētra* (útero, mãe) é que foi pinçado na história para o uso moderno da palavra. Como é sabido, a palavra metrópole vem do latim *metrōpolis*, que é derivada do vocábulo grego *mētrópolis*, formado pela junção de *mētra* com *pólis* (cidade). Como dissemos, foi o sentido de *mētra*, de útero, de mãe, contido na palavra metrópole, que inspirou seu uso na época moderna. E, longe do que possa parecer, não foi devido ao sentido de *pólis* que se reutilizou a palavra metrópole nos tempos modernos, uma vez que *pólis*, cidade, continha um significado diverso do que usamos hoje, pois tinha o sentido de cidade-estado.

Ao utilizarmos a palavra metrópole, com sentido que temos utilizado e relacionado ao urbano, acabamos por dar nova roupagem ao seu sentido clássico. Esse novo sentido ainda é muito válido para se compreender a realidade, mas parece insuficiente para conceituar algumas metrópoles que apresentam mudanças profundas e surpreendentemente dinâmicas a indicar uma transformação gradativa para algo distinto do que é conhecido.

Essas mudanças, como dissemos, expressam uma metamorfose social e espacial e se constituem como um produto contemporâneo da metropolização do espaço, processo esse com, basicamente, oito características. A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com características bastante homogêneas. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica é relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava, diz respeito à intensidade dos intensos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

Essa metamorfose produz, assim, um novo tipo de metrópole, anunciando novos tempos, uma transição para um futuro incerto onde se vislumbra, tão somente, a ponta de um iceberg a emergir no oceano. Há uma mudança em curso, uma transição metropolitana, que Jean-Paul Ferrier (2001) denominou de pós-urbanização, na qual as "formas atuais da transformação dos lugares, das condições de vida de seus habitantes, das estruturas da produção de bens e de serviços anunciam uma nova época, uma novidade radical na história da civilização: uma mudança na modernidade".

Por assim dizer, uma mudança na modernidade que trouxe limites ao uso que, há séculos, como mencionamos, atribuímos à palavra metrópole. Esse momento de transição metropolitana se coloca historicamente à frente da transição urbana que levou, no passado, à crescente urbanização da população e ao intenso desenvolvimento de cidades. Essa transição urbana já se completou, por assim dizer, esse ciclo já se completou, mas isso não quer dizer que não haja mais migração campo cidade, elevação das taxas de urbanização e crescimento do número de cidades.

Apenas quer dizer que embora haja continuidade desses processos eles não são mais hegemônicos. Hegemônicos, aqui, no sentido gramsciano do termo; ou seja, que detém a direção e dominação de um processo e que não opera apenas na estrutura econômica e política da sociedade, incluindo-se, no caso, a estrutura urbana, mas que também atua diretamente sobre o modo de pensar, de comportar e de agir das pessoas. Em outros termos, muito embora persista o processo urbano, a direção e o domínio socioespacial são emanados dessas metrópoles de novo tipo.

Nessas metrópoles que vem recebendo tantos nomes, nessa transição metropolitana, como disse Pereira (2008), os espaços públicos dessas metrópoles se colocam mais como problema do que como solução e os grupos sociais seguem aí uma nova lógica de separação. Observa que há uma verdadeira "desagregação da cidade e da sociedade que têm por uma parte a dinâmica de investimentos globalizados e, por outra, a das populações pobres marginalizadas e relegadas à precariedade de guetos em áreas periféricas distantes ou centrais". Acrescenta, ainda que "a força dos fluxos da globalização na transição metropolitana subordina a cidade existente, preside a questão urbana pela ocultação dos problemas, sobretudo, da miséria da sua população e das mazelas da injustiça urbana, para promover globalmente espaços que, glamorizados e valorizados atinjam um mercado e preços maiores."

A transição metropolitana produz essa metamorfose, sim, mas também produz a necessidade de se compreender essa "mudança na modernidade". A nosso ver há muitas referências analíticas valiosas que auxiliam nessa compreensão. Dentre essas, pinçamos duas referências lefebvrianas para a discussão. A primeira diz respeito à importância da análise da estrutura, da forma e da função, pois como dissemos, as transformações havidas foram de tal monta, que mais do que transformações, elas constituem metamorfoses porque vem operando uma mudança completa na estrutura, na forma e na função da metrópole. A segunda referência discute outra tríade formulada por Lefèbvre (1980) para se analisar o espaço, o qual se apresenta como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado na sociedade contemporânea. Portanto, o objetivo é de destacar essas duas tríades mostrando suas potencialidades para a compreensão desse momento de transição metropolitana.

Estrutura, forma e função na transição metropolitana.

Ao se falar da metrópole contemporânea, precisamente da metrópole que expressa uma transição para um futuro ainda muito incerto, muito se têm enfatizado as mudanças em sua estrutura. Tanto é que a discussão sobre reestruturação metropolitana é bastante recorrente.

Duas observações são inicialmente necessárias. A primeira é a de que é bastante comum ao se falar em reestruturação se estar pensando no surgimento de uma nova estrutura que se sobrepõe à anterior. Essa visão considera a estrutura como sendo estável e fixa, até o momento de sua ruptura; momento em que uma nova estrutura se sobrepõe a ela e a substitui. Porém, as estruturas nem são fixas e nem estáveis. Dizendo de outra forma, a estrutura de uma metrópole não tem estabilidade, estando permanentemente em movimento. Assim, os momentos de equilíbrio ou de estabilidade são exceção à regra, não passando de momentos efêmeros. Seu equilíbrio é provisório. Ela está em constante movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação.

A segunda observação é a de que embora seja bastante esclarecedor enfatizar a estrutura, essa deve sempre vir acompanhada da análise da forma e da função. Justificamos a importância desses três termos porque eles constituem um todo e mesmo que se enfatize um deles é fundamental apreender as relações entre eles, que podem ser concordantes ou irem numa mesma direção ou, podem ainda, ser contraditórias.

Isso não significa dizer que a ênfase num ou outro termo não tenha muito a esclarecer, ou seja equivocada. Muitas vezes ela é necessária, mas cabe insistir no exame da relação entre esses termos, pois se corre o risco de perder a do movimento orquestrado entre eles, sua dinâmica, seus compassos e descompassos. Vejamos um exemplo hipotético: a renovação urbana de uma área portuária. Nessa área, a forma portuária se manteve, porém a estrutura portuária que dava suporte à atividade se alterou. Atracadouros, silos de armazenagem de grãos, armazéns gerais, pátio de containers e demais infraestruturas e equipamentos deram lugar para centros culturais, restaurantes e museus. A função que era portuária cedeu lugar para as de lazer e turismo. O que ainda se tem é um porto, mas o que menos importa é o fluxo de entrada e de saída de pessoas e mercadorias; não se tem mais o escoamento de um porto, apenas se manteve a forma portuária. Mantém-se a forma, sim, mas se alterou a estrutura e funções. A estrutura não é mais portuária e muito menos as funções. Entre estrutura, forma e função há, portanto, um descompasso a refletir registro de tempos diferentes, uma forma advinda de um dado momento histórico, uma função nova mais recente e uma estrutura igualmente nova e recente. Temos num mesmo lugar, num mesmo espaço, várias temporalidades.

As diversas temporalidades de um espaço não constituem momentos separados. Devem ser analisadas nas contradições que engendram e nas tensões que se fazem presentes na coexistência deles. O real não pode ser compreendido como sendo a expressão de um momento histórico, que contém apenas um tempo; pelo contrário, deve ser examinado como contendo várias temporalidades, algumas residuais, outras indicando as virtualidades, ou seja, as possibilidades futuras, redimensionando-se, assim, ideia de passado, presente e futuro

O que a análise deve fazer é distinguir, mas não isolar os momentos de um todo. Não se trata de examiná-los separadamente e, posteriormente, estabelecer articulações entre eles. Eles devem ser examinados em sua totalidade, ou seja, não devem ser analisados em si mesmos e depois articulados. Devem ser considerados na relação que estabelecem entre si. A abstração necessária para distingui-los não

deve, repetindo, os isolar; muito pelo contrário, sob pena de se perder a possibilidade de apreensão das contradições que se desenvolvem historicamente entre eles.

A análise dessa tríade lefebvriana permite capturar as estabilidades momentâneas, que são mais exceção do que a regra. O movimento é muito mais de desestruturação-reestruturação, mudança de formas e funções. Mais de descompassos do que de cadências comuns. Discorrendo sobre a importância analítica desses termos e dizendo que eles enunciam uma metodologia dialética, Lefèbvre (1971) diz que em "primeiro lugar, as três noções, forma, função e estrutura devem ser utilizadas igualmente, com o mesmo peso para analisar o real. Em segundo lugar, elas permitem conceber estabilidades provisórias e equilíbrios momentâneos. Em terceiro lugar, elas revelam um conteúdo às vezes resguardado, implicado e dissimulado nas formas, estruturas e funções analisadas. Através do emprego lógico desses conceitos na análise se chega a um movimento mais profundo e mais real: o movimento dialético da sociedade e da história" (Lefèbvre, 1971: 189).

Como a forma é aparente e visível, é de se supor que essa seja mais tratada. No entanto, devido às análises se esforçarem para irem além do descritivo - que não deixa de ser salutar para o conhecimento - acaba-se por menosprezar a forma, por depreciar o quanto a forma pode ser reveladora. Por exemplo, a produção industrial se desenvolveu construindo fábricas e conformando cidades com expressiva concentração territorial de indústrias. Hoje em dia, a tônica é a da dispersão e a de desconcentração territorial da indústria. Se antes a forma metropolitana era concentrada, hoje ela é dispersa. Portanto, a forma é muito elucidativa e o porquê se apresenta dessa ou daquela maneira deve ocupar um lugar igualmente importante ao da estrutura e da função.

Em muitas análises sobre as profundas mudanças que vem passando algumas metrópoles a tônica recai sobre seus predicados, nos seus atributos. Esse é o caso, por exemplo, da discussão sobre cidade global ou cidades com adjetivações semelhantes. Aí ela é entendida como estruturante das redes de relações exigidas pela globalização e a ênfase dada é na sua estrutura.

Outras vezes, o destaque fica por conta da discussão de sua forma: espaiada, difusa, dispersa, desconcentrada; enfim, igualmente com muitas denominações que buscam compreender a grande dimensão territorial que vem transformando essas metrópoles em profunda ebulição. A busca por superar o aparente tem levado a se desprezar a forma como um elemento de análise. Longe de ser passiva a forma é importante pois ela expressa a constituição de uma região. Não no sentido de La Blache, uma região que nos cabe descobrir, mas no sentido de que seus limites, mesmo que meio indistintos e indefinidos, se constituem a expressão de uma regionalização. Precisamente, de uma regionalização produzida pelo processo de metropolização do espaço, que conforma a região.

Outro aspecto relacionado à forma vale ser também mencionado. A forma que a metrópole assume, de maior escala territorial, ao expandir sua região, é central para a acumulação porque ela vem acompanhada da possibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas, uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espriamento territorial da metrópole se constitui numa das principais estra-

tégias para a produção e concentração da riqueza social, uma vez que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. A sua forma descontínua, por assim dizer, é a expressão, no limite último, da força desmedida do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital.

Além da ênfase na estrutura e na forma, é comum análises salientarem a função financeira ou a de desempenhar serviços avançados para o capital. Muitas áreas da metrópole apresentam as mesmas funções pretéritas, enquanto que outros se refuncionalizam.

O que vale reter é que, repetindo, a ênfase ora num termo ora noutra é necessária, mas o problema surge quando ao se privilegiar um dos termos esquece-se a relação com os demais, podendo, conseqüentemente afetar a compreensão da metamorfose dos processos socioespaciais, que exige uma visão que permita compreender a totalidade. Por exemplo, na análise da forma da região pode-se ver as alterações nas diversas funções das cidades e as novas tensões que surgem em função de uma nova hierarquia urbana que se impõe.

A transição metropolitana expressa, sim, algo novo e contemporâneo a exigir instrumentos analíticos que permitam compreender minimamente o que vem se desenvolvendo. Esse novo se impõe sobre uma urbanização anterior, a qual sobrevive apenas como herança de um passado ainda presente. Esse período de transição rompe com a estrutura anterior, altera e inova processos e produtos, mas também conserva algumas características de períodos precedentes, combinando presente com passado e, também, contendo germes de um futuro que ainda não conseguimos perceber inteiramente, ou ao contrário, minimamente como será.

Na medida em que uma metamorfose se define pela mudança completa na estrutura, forma e função, essa tríade se torna um instrumento importante para a análise da transição metropolitana, vista como um momento de mudanças radicais. Além dessa tríade, outra nos parece valiosa, que, como dissemos foi formulada por Léfèbvre para se analisar o espaço na sociedade contemporânea e que estamos tratando a seguir.

2. O espaço: homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Nesse período de transição, que destacamos como de transição metropolitana, convém, de início, enfatizar que a apropriação do espaço e a própria produção do espaço se colocam como possibilidades de contra-reagir às crises do capital, ou seja, de atuarem em direção oposta as manifestações das contradições que são imanentes ao capital e que comprometem sua reprodução. Daí a exacerbada importância do imobiliário, pois a produção do espaço, dizendo respeito ao seu âmago mais profundo, à valorização imobiliária, se coloca como possibilidade de dar sobrevida à reprodução do capital, de superar o estrangulamento que pode comprometer o fôlego necessário para dar continuidade ao processo capitalista de desenvolvimento. Por essa sobrevida é que a transição metropolitana joga os dados na valorização imobiliária.

Todavia, é fundamental chamar atenção para o fato de que a transição metro-

politana não tem na produção imobiliária, na construção de edifícios, o seu único vetor, uma vez que essa produção não é o único elemento nem de valorização e nem de metropolização do espaço. Há que se lembrar da produção das condições de infraestruturas indispensáveis para que se efetive a metropolização e a valorização do espaço, tais como as vias, os arruamentos, as redes de circulação, a provisão de serviços públicos, etc.

A produção dessas condições vem passando por profundas mudanças. Antes, contavam, em grande parte, com os fundos públicos para seu suprimento e embora também fossem fonte de negócios para o capital, não eram produzidas segundo o imperativo único da racionalidade capitalista e condicionadas aos interesses exclusivos da reprodução do capital. Mas, na transição metropolitana a produção dessas condições emergem, fundamentalmente, como possibilidade exclusiva de negócios do capital, sobre a soberania desse, uma vez que o Estado, no contexto atual das políticas neoliberais dos últimos anos, refluíu na sua competência de prover tais condições ou de dirigir o processo de seu desenvolvimento.

Por isso, nesse momento de transição metropolitana consideramos de grande valia recuperar a tríade constitutiva do espaço, proposta por Léfèbvre em 1980. Em seu livro, *Une Pensée Devenue Monde. Fault-il abandonner Marx?* especificamente no capítulo denominado *Le Schéma Général*, Léfèbvre, um estudioso da obra de Marx, discute o trabalho social que se constitui numa categoria central da teoria de Marx. (Léfèbvre, 1980: 135-178). Nessa discussão, Léfèbvre vai apreendendo da leitura de Marx uma tríade presente na categoria trabalho, qual seja, a de que na sociedade capitalista o trabalho é homogêneo e quantificável, sendo, também, fragmentado e, ainda, hierarquizado. A partir da discussão dessa tríade Léfèbvre deriva, ou seja, faz decorrer dessa, outra tríade, uma tríade constitutiva do espaço na sociedade capitalista, apresentando o espaço dessa sociedade como sendo, também, homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Mas é importante chamar atenção para o fato de que Léfèbvre fala em espaço social. Muitas vezes, após a palavra espaço, ele escreve a palavra social entre parênteses, reafirmando que sua referência é o espaço na condição de espaço social. Não fala, portanto, em espaço geográfico, que para ele tem o sentido de primeira natureza.

Na metamorfose socioespacial que vimos assistindo podemos perceber com clareza evidente, que essa se apresenta ao mesmo tempo homogênea, fragmentada e hierarquizada.

Dizendo respeito à *homogeneização*, vemos que muitas metrópoles são bastante semelhantes, guardadas, claro, suas especificidades históricas. Pelas intervenções urbanas, reabilitações de áreas degradadas, tanto quanto pela arquitetura dos edifícios, dentre outros aspectos que poderíamos assinalar, vemos que muitas delas se assemelham cada dia mais. O que antes chamava atenção, apesar das semelhanças que havia, eram as particularidades que cada metrópole apresentava. Hoje em dia o que nos surpreende mais é o quanto elas têm de semelhante. Torna-se difícil, conforme as imagens que temos, distinguirmos São Paulo, da cidade do México, de Santiago, de Buenos Aires, de Londres, de Chicago, de Seul.

Porém, apesar dessa homogeneidade há uma marcante *fragmentação* do es-

paço. A segregação dos espaços de moradia, de lazer, as favelas, os condomínios privados, por exemplo, são expressivos testemunhos dessa fragmentação, cada mais vez mais aguda. Esses fragmentos não significam que cada um deles se constitua como uma ilha isolada que compõe um arquipélago, porque cada fragmento não é uma unidade. A metrópole contemporânea, esse fenômeno de tantos nomes é que constitui a unidade, mesmo que aparentemente a dispersão dos processos e a desintegração das partes nos faça crer, falsamente, que cada pedaço se constitui um fragmento de em si mesmo.

O que é relevante apreender é que o movimento de homogeneização do espaço, que torna algumas metrópoles semelhantes, como se fossem umas cópias das outras, se faz acompanhar de outro movimento, que é o contrário desse, que é o de diferenciação. Esse produz diferenças espaciais, fratura o espaço e compromete a ideia de que cada parcela do espaço poderia ter a potencialidade de se colocar como equivalente de outra. Nada é equivalente a nada; só na aparência, pois cada lugar é, por natureza, singular e a história, no sentido de processo histórico, que poderia construir equivalência, carrega forças que constroem as diferenças. Com isso, a fragmentação do espaço se faz acompanhar da segregação social que aprofunda o estranhamento social que nega, como nunca e, cada vez de forma mais acurada e aterrorizadora, a aproximação dos diferentes.

Não se trata de uma fragmentação que expressa diversidades espaciais ou espaços distintos. Não se trata nem de *diversidade* e nem de *distinção*. Não podemos afirmar isso, seria um grave engano nos fazer iludir. A fragmentação expressa *diferenças*.

Insistimos em dizer *diferenças* e em negar os termos *diversidade* e *distinção*. Para Léfèbvre (1970) não se pode empregar nem a palavra *diversidade* e nem a palavra *distinto* para falar dessas diferenças. Ele insiste na observação de que a palavra *diversidade* exprime apenas o sentido de constatação, ficando, portanto, na superfície da questão. Exemplificando, quando se diz que *há uma diversidade grande no comércio daquela cidade*, se está, de fato, percebendo e vendo que o comércio não é uniforme, apenas se constatou que não é igual.

Léfèbvre insiste em dizer, e com razão, que não se deve, também, empregar a palavra *distinto* porque essa palavra carrega em si o sentido de separação e de discriminação, se constituindo, para Léfèbvre (1970), numa denominação elitista a ser evitada. Por exemplo, quando se diz que *pelos roupas via-se que tal indivíduo era pessoa distinta, não um João-ninguém*, se está dizendo que a pessoa é de um alto estrato social. Atribui-se, portanto, uma hierarquia na fala. Daí, do fato da palavra *distinto* carregar, também, esse sentido, deve-se, portanto, evitá-la quando a questão se remete à *diferença*, não assumindo como sinônimo de diferença, nem a palavra *diverso* e nem, como comentamos primeiro, a palavra *distinto*.

Além de homogêneo e fragmentado (em suas diferenças, vale insistir), o espaço é hierarquizado. Cada fragmento da metrópole se *hierarquiza*, cada um em relação aos outros e são os espaços de dominação que garantem a unidade do conjunto. Esse terceiro termo, a hierarquia, ao exprimir dominação, expressa, na gênese, a ideia de ordem e, também, a de subordinação. Nesse sentido, os espaços hierarquizados são a própria expressão da espacialização do poder, da economia e da política.

A metrópole contemporânea, essa de tantos nomes, é a expressão máxima da constituição de um espaço ao mesmo tempo homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Sua unidade tem na constituição de redes, a garantia de sua integração. As redes sociais, as redes materiais e imateriais permitem, assim, garantir a continuidade na descontinuidade; a unidade na fragmentação e o domínio, na hierarquia.

Considerações Finais

A metrópole contemporânea, que vem se mostrando como uma verdadeira metamorfose, reforça a lógica que vem orientando o desenvolvimento capitalista da produção do espaço. Como dissemos, o momento atual expressa um novo processo, uma transição em curso, a transição metropolitana. Com esse novo processo encerra-se um ciclo no qual a metrópole moderna se apresentava como possibilidade e esperança para aqueles que migravam do campo ou de outras cidades em busca de melhores condições de vida. Encerra-se o ciclo de ser o lugar, por excelência, da indústria e das possibilidades de emprego. Abre-se um novo ciclo que quiçá possa se constituir também em esperança para a vida, muito embora o que se vê esboce mais descrédito do que esperança.

Sem dúvida, é esperança para o capital na medida em que a transição metropolitana tem mostrado, pela produção e negócios imobiliários, a capacidade de enfrentar as contradições do capital que comprometem sua reprodução. Isso se deve porque devido às diferentes estratégias de valorização imobiliária, que como sabemos, hoje está estreitamente vinculada à financeirização da economia, se retroalimenta a dinâmica capitalista. Cria-se fôlego para a continuidade da reprodução.

O novo padrão territorial das metrópoles em transição, não é por acaso, que é disperso, estendendo em ondas o espaço construído. Sob o império da metropolização do espaço se produz uma regionalização cuja escala de grandeza revela uma região metropolitana cujos limites precisos se percebe, mas porque são difusos, não se vê, mas sem dúvida, se sente.

Por sua vez, o espaço metropolitano, ao mesmo tempo mais homogêneo, fragmentado e hierarquizado, produto dessa transição expressa a metamorfose da metrópole que contém, no seu âmago, um processo de regionalização decorrente da expansão difusa da metrópole. Com a potencialidade de ser contrapor às crises do capital, a produção do espaço pode se constituir numa estratégia de sobrevivência do capital.

Esse fato traz uma inquietação, a de que ela, a transição metropolitana pode se constituir como uma contra-revolução. Se, como diz Léfèbvre (1970), a *praxis* espacial se constitui num elemento fundamental para a reestruturação das relações sociais e, por isso, a sua hipótese coloca a revolução urbana como possibilidade de superação da sociedade industrial. Mas, como pensar, passado quase meio século de seu livro, essa possibilidade diante de uma transição metropolitana? Face a essa transição metropolitana, que tem criado a possibilidade do capital se contrapor às crises do capital, não estaria comprometido o possível desenvolvimento de uma *praxis* espacial como possibilidade de criação de um mundo novo? Assim, a transição metropolitana expressaria, então, uma contra-revolução?

Dissemos contra-revolução porque parece ser imanente ao desenvolvimento metropolitano, a salvaguarda do capital, já que a produção da metrópole tem sido, também, a do capital, por onde esse contra-reage às suas crises. A produção da metrópole, que cria sobrevivida à reprodução capitalista, é ação e estratégia. Perguntamos, ainda, se o desenvolvimento da transição metropolitana, como possibilidade de sobrevivida e de se contrapor às crises do capital, não tornaria mais distante e utópica a hipótese de superação do capitalismo por meio de uma revolução urbana?

Todas essas questões se desdobraram na discussão sobre a metamorfose da metrópole a partir das referências analíticas de Léfèbvre, que pinçamos para enfocar nesse texto, as quais consideramos de muita valia para se compreender os limites e as potencialidades dessa metamorfose metropolitana recente. Essas indagações nos inquietam e ao formulá-las acreditamos ser um bom início para a compreensão do presente e para pensarmos na construção do futuro que queremos ajudar a construir, porque os impasses não são apenas erros e frustrações, eles são também a expressão dos limites e potencialidades da consciência e do possível, um passo importante para formular estratégias e orientar a luta.

Bibliografia

- FERRIER, J. P. *Pour une théorie (géographique) de la métropolization*. Les Cahier de la Métropolisation, nº10. Marseille, 2001. <Disponível em: www.metropolisation.org/cahiers_metropolisation/n_1 >. Acesso em: 16/ 11/ 2003.
- LÉFÈBVRE, H. *L' Idéologie Structuraliste*. Paris: Éditions Anthropos, 1971.
- _____. *Une pensée devenue monde. Il faut-il abandonner Marx?* Paris: Fayard, 1980.
- _____. *Le manifeste différentialiste*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- PEREIRA, P. C. X. *São Paulo: globalización y transición metropolitana. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/213.htm>> Acesso em 26.06.2009.